

O fator diferencial

O governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional chegaram a um acordo preliminar sobre a condução econômica do País. Com isso, o Brasil terá acesso a um crédito de US\$ 2 bilhões, em regime de *stand by* e, o que é mais importante, abrem-se as portas para uma negociação mais efetiva e favorável aos interesses nacionais com os bancos credores e com os organismos financeiros públicos dos países desenvolvidos. Em si mesmo, o acordo estabelecido em Washington, que deverá ser ratificado através da Carta de Intenções a ser enviada na próxima quinta-feira, já representa um momento importante na implementação do programa de governo da atual administração. Há contudo, aspectos importantes a serem destacados.

Mais importante que o aval do FMI às prestações do País em suas negociações com os credores — uma rotina que virtualmente transformou a instituição numa espécie de Serviço de Proteção ao Crédito de altíssimo nível, o que não tornou os bancos menos vulneráveis aos calotes — o acordo tem um significado especial no que diz respeito às perspectivas da economia brasileira. Em termos domésticos.

Do ponto de vista político, a grande diferença entre o acordo que acaba de ser assinado e os anteriores consiste no fato de que a atual administração manifesta

claramente sua vontade política de alcançar a estabilização da economia nacional ao contrário do que ocorreu no passado, conforme amargurados testemunhos de ex-ministros. Tal determinação encontra o respaldo da população, como atestam as pesquisas de opinião pública e as tendências do eleitorado em relação às próximas eleições.

No plano econômico, há uma diferença fundamental entre as cartas de intenções firmadas no passado e a que deverá ser encaminhada nesta semana. Desta feita, o desempenho da economia brasileira, assim como o das contas públicas, as metas estabelecidas e os compromissos a serem acordados com os credores não serão resultado de um plano de ajuste elaborado pelo governo nos moldes exigidos pelo FMI, mas, pelo contrário, o acordo com o FMI se dá sobre a base de um programa de estabilização implementado pelo governo.

Ao contrário do que ocorreu em outras ocasiões, e contribuindo decisivamente para os fracassos registrados. O acordo com o FMI não tem entre seus objetivos gerar um nível pré-estabelecido de recursos destinados ao pagamento da dívida. Isto significa que o acerto externo dependerá da evolução de um plano de estabilização que foi concedido em função da situação econômica interna. Se for bem sucedida, os benefícios se refletirão tanto externa como internamente.